

COLÓQUIO

Viagens. Produtos e Consumos Artísticos. O espaço Ultramarino Português: 1450-1900

Resumos das comunicações

Velas, S. Jorge, 3 de julho de 2015

1º Painel

Carla Alferes Pinto

“Entre a representação e o consumo da Infanta D. Maria (1521-1577): pintura, objetos artísticos e a Ásia ”

Os membros da dinastia Avis-Beja tiveram, como nenhuma outra até então, possibilidade de diversificar o seu consumo de produtos artísticos devido à profusa chegada ao porto de Lisboa de objetos fabricados em paragens indianas, chinesas, japonesas (e outras). Se a rainha D. Catarina (Habsburgo de nascimento) pode de alguma forma sintetizar esse consumo, a Infanta D. Maria parece, pelo contrário, ter demonstrado muito pouca apetência por estes produtos normalmente caracterizados como exóticos.

Todavia, no que diz respeito à sua representação (aqui entendida no duplo sentido de apresentação figurativa e de interpretação sobre a relação entre as os “modos de fazer” e os “modos de ver”) a Infanta D. Maria fez-se acompanhar de objetos e de ambientes que, mais ou menos recriados, remetiam (remetem) para práticas e significações asiáticas.

Nesta comunicação procurarei problematizar algumas questões relacionadas com a cultura visual, o consumo artístico e a utilização dos objetos de origem asiática no discurso de poder que a Infanta D. Maria criou em torno da sua imagem.

Alexandra Curvelo

“ «Vencer no pincel a Zeuxis e a Apeles» na Ásia.

A produção e consumo de pintura nas missões do Japão e da China no século XVII.”

O Seminário de Pintura associado à acção missionária da Companhia de Jesus no Japão teve início na década de 1590. A dirigi-lo esteve um pintor italiano – Giovanni Niccolò –, a quem se associaram desde o início alunos japoneses e chineses.

Com um funcionamento pautado pela errância na ilha de Kyūshū até à sua fixação em Nagasáqui no início do século XVII, a este Seminário estiveram ligados pintores que viriam, na sua maioria, a partir para Macau e Pequim após a expulsão dos missionários em 1614, continuando no império chinês uma prática pictórica marcada pelo sincretismo técnico e iconográfico.

Para além das obras remanescentes, temos igualmente inúmeros testemunhos e referências escritas ao trabalho que foi desenvolvido no campo da pintura, da aguarela, da gravura e da música. Entre elogios, pedidos, lamentos e informações sobre o estado da missão, conseguimos perceber o funcionamento das instituições, nomeadamente do Seminário onde se ensinava a pintar e a imprimir. Também as relações entre as pessoas, as tensões existentes, a consciência de diferentes sensibilidades e as adaptações levadas a cabo emergem nestas cartas e livros, tendo eco nalgumas das obras pictóricas.

Esta comunicação visa apresentar e questionar a produção realizada no cruzamento das várias expressões artísticas associadas ao Seminário de pintura no contexto específico da missão japonesa e, já em moldes diferenciados, chinesa. A análise das obras executadas permite-nos enquadrar a produção e o consumo de um universo material e visual que visava diferentes públicos e que encerrava em si mesmo diversas mensagens.

Maria João Ferreira

“Profano versus sagrado: a integração dos têxteis asiáticos no contexto religioso português à luz das Constituições Sinodais durante a Idade Moderna”

Os têxteis contam-se entre os produtos que chegam a Portugal desde os primeiros anos de Quinhentos e logo se configuram como cobiçados testemunhos materiais da gesta ultramarina portuguesa na Ásia. De entre os seus principais destinatários destacam-se as instituições eclesiásticas que cedo integram ou adaptam os têxteis asiáticos a paramentos litúrgicos e de igreja, ao abrigo das necessidades estabelecidas pelo calendário litúrgico católico. Mas, como se conclui pela leitura das Constituições Sinodais produzidas durante o período Moderno, a sua recepção e adopção pela comunidade religiosa não foi consensual, nem entre os diferentes bispados do país nem ao longo do tempo.

A partir da análise das directrizes normativas dimanadas por estes documentos reguladores para o domínio dos ornamentos de culto e das armações, no que à sua manufactura e uso respeita, na presente comunicação analisar-se-ão as diferentes atitudes face aos têxteis asiáticos e os motivos que as justificam.

2º Painel

Antonieta Reis Leite

**“Urbanística e ordenamento do território na construção do Atlântico (séc. XVI)
A morfologia urbana como indicador.”**

A fundação de cidades foi desde sempre uma estratégia dos processos de colonização, domínio do território e definição de fronteiras. O urbanismo, no conjunto da teoria urbanística, das práticas e dos agentes que o integram e interpretam, afirma-se como uma ferramenta instrumental, essencial à concretização e materialização dessa estratégia.

Nesta apresentação pretende-se, através da análise histórico-morfológica de vilas e cidades de fundação portuguesa quinhentista no espaço atlântico, investigar a transposição, ao mundo atlântico em construção, de regras de gestão territorial e modelos urbanísticos experimentadas na composição de Portugal medieval.

Sem prejuízo de se apresentarem outros exemplos, analisar-se-ão como estudos de caso comparativos a fundação de Ponta Delgada (1499) nos Açores e do Rio de Janeiro (1565) no Brasil, nomeadamente no que respeita à demarcação do espaço urbano, à definição dos limites do mundo urbano e rural e às fórmulas e formas de distribuição de terra pelos colonos.

N'Zinga Oliveira

“Ancoradouros, fundos, ventos e sondas das viagens pelo mar dos Açores, na cartografia dos séculos XVI a XIX.”

Os interesses económicos, não exclusivos do Reino português, motivaram a produção e edição de mapas e cartas como meio de orientação de navegação das armadas levando à não menos relevante definição de territórios explorados e conquistados.

A cartografia transmite a perceção do espaço de forma enquadrada, por isso, foi e mantém-se um instrumento essencial e indissociável do estudo do espaço ultramarino no quadro da Expansão portuguesa. Como objeto de orientação em terra ou no mar, definição de fronteiras ou ligação entre culturas, a cartografia serviu vários interesses no estabelecimento e percurso de rotas, ao mesmo tempo que refletia uma perspetiva hábil de condução da navegação e de manutenção de exclusividade de produtos e mercados.

A produção de cartas foi também manipulada por interesses geopolíticos, numa estratégia que garantisse viagens seguras, ludibriando a cobiça e concorrência de outros Reinos, às rotas de navegação e ao controlo de zonas de costa. As representações que apresentaremos nas várias cartas náuticas em estudo, deram origem a cópias e reedições dessas representações, em alguns casos com mais ou menos pormenores, ou noutros casos, com omissões e incorreções.

Situado em pleno Atlântico, o arquipélago dos Açores cumpriu de facto, a sua função estratégica como ponto de escala das rotas ultramarinas e como tal, mereceu desde cedo interesse para a representação cartográfica das ilhas. Para esta análise, reuniu-se uma amostra de 22 exemplares, com destaque para a ilha de São Miguel, distribuídos cronologicamente entre 1507 e 1822. Os pormenores técnicos, a qualidade e o rigor das ilustrações ou ausência delas nestas cartas náuticas permitiram perceber: em primeiro lugar, a evolução dessas

representações; em segundo lugar, a avaliação de quais as necessidades crescentes da transmissão de informação entre os homens do mar.

Renata Araújo

“Viagens na minha terra. Olhares estéticos sobre a transformação da selva.”

Nas duas últimas décadas do século XVIII várias foram as viagens que se fizeram no interior da Amazônia portuguesa. No âmbito das preparações das demarcações, os governadores e os engenheiros atravessaram os rios e a selva; Alexandre Rodrigues Ferreira realizou a sua viagem filosófica, acompanhado pelos seus desenhadores; o bispo Dom Frei Caetano Brandão fez as suas visitas pastorais e os ouvidores fizeram as suas correições. Em qualquer dos casos, o espaço que era percorrido era entendido como parte integrante do reino, uma parte contudo, que do reino se distanciava em vários aspectos. A intenção da comunicação é discutir a ambiguidade do olhar que se projeta para estes espaços que eram do reino, sendo diferentes dele. O foco principal da análise são as transformações que se operam na região depois da elevação a vilas dos antigos aldeamentos missionários. Como eram vistas estas novas vilas? O que delas se diz e o que nelas se vê? O quê para elas se projeta e espera? A escolha recaí sobre as vilas na medida em que elas próprias se configuram como espaços de fronteira, como espaços híbridos, onde convivem as populações nativas e os agentes da colonização. Importa por isso questionar como se opera a relação entre identidade e alteridade no reconhecimento estético daquela paisagem ou dos objetos culturais que ali são produzidos ou consumidos. E como este processo pode ser transportado e transformado por quem nelas vive e viaja.

Alice Santiago Faria

“Mobilidades e Obras Públicas nos finais século XIX - revisto”

No império colonial português os departamentos de obras públicas locais criaram o enquadramento institucional para inúmeras interações que vão muito além da dicotomia centro/periferia a partir da qual as obras públicas coloniais são normalmente vistas.

Estabelecidos em 1869 em todas províncias ultramarinas portuguesas, os departamentos de obras públicas organizavam-se em duas divisões geográficas: a ocidental e a oriental.

Esta comunicação pretende olhar para as redes de mobilidade que se estabeleceram neste contexto, partindo dos territórios que pertenciam à secção oriental: Moçambique, Estado da Índia, Macau e Timor. Revelando como esta estrutura da administração colonial favorecia um complexo sistema de mobilidades com diversas naturezas e formas: técnicos, trabalhadores, conhecimento, modelos, materiais de construções, empresas, etc.

Procurará ainda realçar a importância de se trabalhar a diversas escalas e de se compreender o que circulava, mas também o que não circulava. Ao mesmo tempo, fazendo sobressair a coexistência de diversas *fronteiras*, colocará em discussão a utilização do conceito de fronteira no contexto colonial nos finais do século XIX.

3º Painel

Isabel Soares de Albergaria

“Circuitos insulares da produção artística: patronos, encomenda e artistas (séculos XVI a XVIII)”

A cena artística insular definida no quadro dos patronos, da encomenda e dos artistas mais ativos e influentes tem algumas particularidades inter-regionais que merecem um olhar atento e comparativo. É importante considerar que a função prestigante da encomenda artística e a obediência a um formulário de raiz católica pautada por uma “pedagogia da imagem” confronta-se com a necessidade de adaptação e incorporação de novas imagéticas chegadas na torrente dos produtos que assomam às ilhas e trazidas na bagagem dos artistas que circulam entre os arquipélagos atlânticos, bem como aqueles que, integrados em circuitos mais vastos, são oriundos dos territórios continentais mais próximos. O objetivo da presente comunicação é aferir o processo de atualização dos ditames do gosto nos ambientes insulares da Idade Moderna, tradicionalmente muito arreigados a fórmulas retardatárias. Quem protagoniza a encomenda mais erudita? De que meios se servem para a atualização necessária? Quem são e como se formaram os artistas mais ativos e influentes nos vários palcos da produção artística insular? Eis algumas das questões levantadas enquanto programa de inquérito, apenas esboçado, e que urge traçar o estado da arte.

Duarte Nuno Chaves

“DE SANTEIROS A VESTIMENTEIROS – DO SACRO AO PROFANO: A produção e exportação de imagens de vestir no espaço atlântico português, Séculos XVII a XIX”

Partindo de alguns exemplos de imaginária de vestir existente no arquipélago dos Açores, esta comunicação tem como intuito apontar alguns contributos para o estudo do trabalho dos mestres santeiros e vestimenteiros da imaginária processional nos séculos XVII a XIX.

No seguimento da proliferação da imaginária de vestir no Brasil, nos séculos XVII e XVIII, a historiadora Maria Helena Flexor define este tipo de escultura cristã como estando muito mais próxima dos conceitos vernaculares da cultura, prevalecendo assim as conceções esquemáticas dos mestres santeiros, em contraponto aos escultores com preocupações mais academistas, ou seja, predomina a cultura popular em detrimento dos padrões estéticos.

Atrevemo-nos, a afirmar, que se a arte barroca demonstra uma exortação do génio das elites culturais, as imagens de vestir representam a mestria da linguagem popular. Talvez por esta razão, é que ao falarmos dos imaginários que em Portugal estiveram ligados à produção deste formato de escultura, sejam ainda muito poucas as menções às oficinas que executaram as variadas encomendas de imagens de vestir, efetuadas particularmente pela componente secular da Ordem Franciscana, que no seguimento de outros movimentos religiosos seculares, foi um dos grandes encomendadores de arte sacra no período do Antigo Regime.

Ana Cristina Moscatel Pereira

José Francisco Ferreira Queiroz

“Artistas continentais e representantes comerciais em Ponta Delgada na década de 1860”

Uma das características da segunda metade do século XIX em Portugal foi o incremento da busca pelo progresso material, com recurso às cada vez mais numerosas novidades que as artes, as ciências e a técnica iam permitindo.

Apesar de posicionados de forma periférica face a Portugal continental – que, por sua vez, era também território periférico face aos principais centros culturais, artísticos e tecnológicos, os

Açores seguiram a mesma tendência de abertura às novidades do período. Nesta comunicação, centrando-nos em Ponta Delgada e na década de 1860, fazemos um primeiro esboço de como estas novidades chegaram no referido período, tocando os seguintes tópicos: importação directa de produtos artísticos; fixação de artistas e artífices não açorianos; passagem efémera de artistas, artífices e negociantes de produtos artísticos pela cidade; açorianos que actuavam como depositários ou representantes de empresas continentais. Focamos alguns casos de estudo, de modo a tirarmos algumas conclusões provisórias no que se refere à mobilidade de artistas e artífices, e aos consumos artísticos em geral, na cidade de Ponta Delgada, durante a mencionada década.

Wellington Nascimento

“As Viagens da coleção africana do Museu Carlos Machado”

Em meados do século XIX o Museu Carlos Machado, situado na Cidade de Ponta Delgada, ilha de São Miguel, incorporou ao seu espólio um conjunto de artefatos africanos doados pelo 2º Conde de Fonte Bela, Jacinto da Silveira Gago da Câmara, esses artefatos originalmente haviam pertencido ao Contra-Almirante Pedro Carlos de Aguiar Craveiro Lopes (Capitão do Porto de Ponta Delgada entre 1886 e 1888). No momento em que estes artefatos foram “criados” iniciaram uma viagem no tempo, no espaço, na sua relevância social e simbólica e na sua interpretação antropológica. Nesta comunicação faremos uma análise aos vários agentes que intervieram nestas “viagens” da coleção africana do MCM focando-nos nos aspectos metodológicos de recolha, tratamento e exposição museológica. A viagem ainda não terminou mas deixou no seu rasto perguntas, esquecimento, trabalho, ascensão social, finitude humana e acima de tudo paixão.

Trataremos também nesta comunicação dos agentes que intervieram nestas “viagens” e de que forma efetuaram estas intervenções. Citando Arnaldo Antunes:

“As coisas têm peso, massa, volume, tamanho, tempo, forma, cor, posição, textura, duração, densidade, cheiro, valor, consistência, profundidade, contorno, temperatura, função, aparência, preço, destino, idade, sentido. As coisas não têm paz.”